

24 DE
JANEIRO:

Aposentados seguem vivos e ativos na linha de frente da luta

O Dia dos Aposentados, celebrado em 24 de janeiro, é dia de reafirmar que nossos guerreiros seguem vivos, organizados, atentos e ativos, carregando décadas de experiência, enfrentamentos e conquistas construídas coletivamente no serviço público.

São trabalhadoras e trabalhadores que estiveram nos momentos mais duros da história recente do país, resistiram a governos, reformas, arrochos e privatizações, e que continuam, agora na aposentadoria, defendendo direitos que são de toda a categoria. Estar aposentado não significa estar inativo. Ao contrário: significa estar há mais tempo na luta — e isso exige respeito, valorização e direitos iguais.

Aposentadoria não é prêmio, mas também não pode ser punição

No Brasil de hoje, se aposentar virou sinônimo de perda. Perda de renda, de benefícios, de proteção social e, muitas vezes, de reconhecimento. Ao se aposentar, servidoras e servidores federais chegam a perder até 30% da renda, resultado direto da taxaço previdenciária, do fim de benefícios e da ausência de políticas de compensação salarial.

Essa realidade se agrava quando o governo opta por políticas salariais que excluem aposentados e pensionistas, como aconteceu novamente ao priorizar reajustes apenas em benefícios destinados aos servidores da ativa. Na prática, trata-se de uma escolha política que aprofunda



desigualdades e institucionaliza a discriminação etária dentro da própria categoria.

Não existe valorização do serviço público sem valorização dos aposentados. Aposentadoria não pode ser castigo por uma vida inteira de trabalho.

Paridade já: uma categoria, um direito

A defesa da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas é uma pauta central e inegociável. A fragmentação da categoria interessa apenas aos governos que buscam impor acordos rebaixados e dividir para governar.

Nesta perspectiva, durante o 29º Congresso do Sindsef-SP, realizado no final de 2025, os servidores reafirmaram que não aceitarão acordos salariais que diferenciem aposentados e ativos.

A luta por paridade é uma questão de justiça. Quem ajudou a construir carreiras, instituições e políticas públicas tem direito de usufruir, em igualdade, das conquistas coletivas.

Fim da contribuição previdenciária e isenção do Imposto de Renda

A chamada contribuição previdenciária sobre aposentadorias e pensões é uma das maiores perversidades impostas à categoria. O trabalhador contribui durante toda a vida ativa e, ao se aposentar, segue sendo taxado como se estivesse em atividade. Isso não é equilíbrio fiscal — é confisco social.

Avanços no debate legislativo, como a PEC 6/2024, que pode ser apensada à PEC 555/2006, demonstram que há caminhos possíveis para reduzir e extinguir essa cobrança injusta. Mas nenhum avanço virá sem mobilização.

Da mesma forma, é preciso garantir a isenção do Imposto de Renda para aposentados e pensionistas, especialmente diante do aumento permanente dos gastos com saúde, medicamentos e cuidados específicos da idade.

Auxílio-nutrição: comida também é direito de quem se aposentou

A retirada automática do auxílio-alimentação no momento da aposentadoria é mais uma violência silenciosa. Em um cenário de inflação dos alimentos e arrocho salarial, negar esse suporte significa empurrar aposentados para o endividamento — muitas vezes por meio de empréstimos consignados abusivos, que o sindicato também rejeita.

Por isso, o Sindsef-SP defende a criação do auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas, como forma de mitigar perdas e garantir segurança alimentar. Comer bem é um direito básico e não pode ser tratado como benefício acessório.

Planos de saúde caros e a falsa escolha entre remédio e comida

Outro drama cotidiano é a discriminação nos planos de saúde, com reajustes abusivos que penalizam justamente quem mais precisa de atendimento médico. Muitos aposentados são empurrados para uma escolha cruel: pagar o plano, comprar medicamentos ou garantir a alimentação do mês.

Essa lógica precisa ser enfrentada. O envelhecimento da categoria exige políticas públicas, negociações coletivas e respeito ao Estatuto do Idoso, que não pode ser letra morta. Prioridade, dignidade, proteção contra abusos financeiros e acesso à saúde são obrigações do Estado.

Combate à velhofobia e ao etarismo: envelhecer não diminui ninguém

Um dos avanços importantes do 29º Congresso do Sindsef-SP foi a resolução de combate à velhofobia e ao etarismo. O combate à velhofobia e ao etarismo passou a ser pauta prioritária do sindicato.

Os delegados e as delegadas consideraram que excluir aposentados de acordos, invisibilizar suas pautas ou tratá-los como peso fiscal é parte de uma cultura discriminatória que precisa ser enfrentada politicamente. Assim, qualquer negociação que exclua aposentados é etarista, velhofóbica e inaceitável.



Além disso, foi aprovada a defesa da saúde dos servidores idosos contra a sobrecarga e o assédio moral, garantindo apoio jurídico e psicológico para vítimas de discriminação.

O Congresso do Sindsef-SP definiu, ainda, que o sindicato deverá organizar um Seminário Temático focado no Etarismo e na Velhofobia, com o objetivo de discutir esse tema e, consequentemente, aprovar uma política de combate a esse tipo de discriminação.

Aposentados são parte viva da categoria



Neste 24 de janeiro, o Sindsef-SP reafirma que aposentadas e aposentados não são passado. São presente e parte fundamental do futuro da luta sindical! Seguiremos juntos na defesa da:

- ✓ Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- ✓ Recomposição de todas as perdas salariais;
- ✓ Fim da contribuição previdenciária;
- ✓ Isenção do Imposto de Renda;
- ✓ Criação do auxílio-nutrição;
- ✓ Fim dos abusos dos planos de saúde;
- ✓ Cumprimento integral do Estatuto do Idoso;
- ✓ Combate permanente à velhofobia/etarismo.

Parabéns às aposentadas e aos aposentados que seguem firmes.

Quem está há mais tempo na luta não pode ser deixado para trás.